

Medidas Agroambientais com base em resultados para o Montado

A criação de medidas agroambientais por resultados para o Montado foi o tema das XV Jornadas Ibéricas do Montado que decorreram em Portel, no dia 30 de Novembro por ocasião da XIX Feira do Montado. O pagamento por resultados para uma gestão adaptativa do Montado: paradigma agroambiental pós 2020 é uma proposta que vem a ser trabalhada em conjunto por um grupo de investigadores do Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas (ICAAM) - Universidade de Évora, de produtores do Montado alentejano e de técnicos da administração pública regional e central.

Este grupo reúne periodicamente através das Tertúlias do Montado. Estas Tertúlias são o ponto de encontro, um espaço de coprodução de conhecimento em que participam produtores, técnicos e investigadores. É neste ambiente participativo que se levantam os problemas que precisam de resposta ao nível da investigação, que se desenham parcerias para projetos e se partilha conhecimento.

Este grupo partilha a ideia muito clara de que o Montado agros-silvo-pastoril é um sistema de produção extensiva ao qual, quando está em equilíbrio, estão associados elevados valores de biodiversidade. Pode assim ser considerado e valorizado como Sistema Agrícola de Elevado Valor Natural. Contudo, o Montado encontra-se em declínio por razões diversas, nomeadamente aquelas ligadas a práticas de gestão desadequadas, que prejudicam o equilíbrio do sistema.

Contrariar este declínio e manter ou melhorar os resultados ambientais associados a este sistema, é do interesse público. Ou seja, dos produtores a sociedade espera uma gestão do Montado que permita a sua preservação, mas para isso deve atender também à sustentabilidade económica das explorações agrícolas. De forma a melhorar a eficácia dos financiamentos públicos e ao mesmo tempo dar mais flexibilidade ao produtor para escolher o modelo de gestão que se adequa à sua exploração, tem vindo a ser construída a ideia, de adicionar (ou em alguns casos substituir) ao atual modelo de medidas agroambientais baseadas na gestão, medidas agroambientais baseadas em resultados. Este novo paradigma em que o produtor recebe incentivos calculados em função dos resultados ambientais atingidos e tem liberdade de optar pela gestão que considera mais adequada para alcançar o resultado definido, é preconizado pela Comissão Europeia actualmente e para o futuro.

A sessão de abertura contou, entre outros, com a presença do Presidente da CM de Portel, José Manuel Grilo; da Diretora do ICAAM, Teresa Pinto Correia, do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural Miguel João de Freitas, e do representante do ICNF, Guilherme Santos.

Do vasto programa destas jornadas destacamos as intervenções do representante do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) que apresentou em traços gerais o processo de negociações da reforma da PAC pós 2020. Foi dada a indicação de que há abertura por parte do GPP para acolher a proposta de Medidas Agroambientais por resultados naquilo que virá a ser o próximo PDR, mesmo que numa fase inicial seja através de um programa piloto, e que o mesmo cabe nos objetivos do projeto de regulamento da PAC apresentado pela Comissão Europeia.

Para o representante do GPP que apresentou uma comunicação intitulada "Medidas Agroambientais baseadas em resultados: que futuro no contexto português da PAC pós 2020" está claro que a nova PAC será influenciada pela COP21 - Acordo de Paris e que assumirá a transição para modelos de agricultura mais sustentáveis. De acordo com o projeto de Regulamento em debate, a nova PAC assentará em objetivos de modernização e simplificação, climáticos, ambientais e económicos.

Caminha-se para uma nova arquitetura da PAC, uma arquitetura ecológica que pretende tornar mais flexível de forma a melhor combinar sinergias entre instrumentos do primeiro e do segundo pilar e mais adaptada às realidades locais e regionais com orientação para resultados e sua monitorização.

No atual processo de revisão da PAC, a União Europeia fixa apenas parâmetros básicos de política e deixa subsidiariedade aos Estados Membros (EM) para cada EM estabelecer o seu Plano Estratégico. "À partida, isto é positivo, pois deixa-nos maior liberdade", considera o representante do GPP, contudo a UE mantém algumas regras comuns, senão deixaríamos de ter uma política comum. A UE manterá delegação de poderes no caso de determinadas regras complementares relativamente a algumas intervenções.

A grande diferença é que passará a existir um quadro de cumprimento e de controlo com maior margem de manobra para cada EM a aplicar os benefícios com base em indicadores de resultados e de metas. O representante do GPP, na sua intervenção alertou para a necessidade de ter muita atenção na definição dos indicadores para que "tudo isto não se transforme num pesadelo". Os indicadores de resultados serão alimentados por indicadores de realização, uns e outros deverão ser definidos com muita atenção. Pelo mesmo 30% do FEADER será alocado ao sistema de incentivos para desempenho ambiental e climático. Haverá possibilidades de transferências entre pilares, serão introduzidos os ecorregimes e a condicionalidade será reforçada.

Sobre o modelo de participação, referiu a existência de um Conselho de Revisão da PAC, órgão consultivo do Ministro da Agricultura que integra um conjunto de especialistas e de representantes dos agricultores e os Conselhos Consultivos Sectoriais criados pelo GPP. Pretende-se uma participação o mais possível alargada. Uma PAC voltada para o desempenho necessita de capacidade técnica local e de guias de boas práticas devidamente elaborados. Simplificar, monitorizar e avaliar serão palavras chave em todo o processo.

O representante do GPP recordou ainda que o atual processo de revisão da PAC foi antecedido de uma consulta pública sobre simplificação e modernização da PAC que decorreu em 2017 e deu origem a um conjunto de recomendações que foram vertidas na Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento em novembro de 2017. Em junho foi apresentada a proposta de Regulamento que está em debate. É um regulamento horizontal que aponta para a elaboração de Planos Estratégicos e altera a OMC Única. Este documento está a ser trabalhado por um grupo de trabalho técnico, já sofreu várias alterações e prevê-se que fique pronto a tempo de ser levado ao Parlamento em dezembro. Não está previsto que exista um acordo antes das próximas eleições para o Parlamento Europeu. Em todos estes documentos a Comissão Europeia assume que há um novo contexto climático, económico e ambiental.

Nestas Jornadas o destaque vai ainda para a intervenção de Brendan Dunford - responsável pelo Burren Program "Farming for Conservation", na Irlanda. Este técnico apresentou uma experiência irlandesa com cerca de 20 anos, numa região inserida na Rede Natura 2000 onde os produtores são sujeitos a critérios ambientais e de conservação muito rigorosos. No Burren, justamente através de um processo participativo de produtores, técnicos e investigadores foi criado um programa agroambiental pensado com base nos interesses do produtor. Este programa, construído com objetivos ambientais e pagamento por resultados, está implementado há cerca de 20 anos, associado a um gabinete permanente de apoio técnico local.

Segundo Brendan Dunford, 90% dos produtores consideram que é uma excelente metodologia de trabalho. Tendo em conta os objetivos gerais, os objetivos e as metas para cada exploração são negociados com cada agricultor e os pagamentos são feitos com base na verificação dos resultados.

Para a implementação das práticas agrícolas definidas no acordo, os agricultores contam com apoio técnico local.

No Burren os produtores são quase todos criadores de gado em pastoreio extensivo. O produtor produz alimentos, biodiversidade, paisagem, faz a gestão da água, tudo bens que a sociedade valoriza. "São bons criadores de gado, mas também são bons defensores do ambiente", afirma Brendan Dunford.

Nesta região desenvolvem também um conjunto de iniciativas que visam promover a ligação entre o público e os produtores, partindo do princípio de que se os cidadãos pagam a política agrícola devem conhecer a agricultura. Um exemplo é o festival anual para celebrar o elevado valor natural do sistema agrícola local.

O princípio desta abordagem é que o foco está no produtor, o produtor é central nos instrumentos de política agrícola. A justiça do programa está também na transparência. "O agricultor odeia burocracia, odeia papelada, então nós não tratamos de eliminar a papelada, nós tratamos da papelada e deixamos o tempo todo ao agricultor para produzir, que é isso que nós precisamos que ele faça. Não falamos de penalizações, mas de incentivos" acrescenta Brendan Dunford.

Este programa é gerido localmente com apoio do Ministério da Agricultura. Soluções locais são mais baratas que soluções globais. Dar incentivos com base em objetivos claros, flexibilidade, desempenho medidos com base num sistema de pontuação que mostra os impactos. Este programa abrange atualmente 330 produtores numa área de 72 mil hectares onde vivem 15 mil pessoas. Todo este programa se desenvolve na base de um processo de cocriação entre produtores, técnicos e cientistas.

Isabel Ferraz de Oliveira, investigadora do ICAAM, apresentou o trabalho que está a ser desenvolvido em Portugal para a construção de um programa inspirado no Burren. Começou por fazer o seu enquadramento nas Tertúlias do Montado e numa visita à Irlanda realizada pelo grupo das Tertúlias, em Maio deste ano, justamente para conhecer "in loco" o Burren Program. Desde a visita à Irlanda o grupo já realizou 14 reuniões de trabalho, algumas delas com especialistas da áreas específicas focadas no programa, para construir aquilo que virá a ser um modelo de pagamento por resultados (híbrido) adaptado ao Montado Alentejano. Este trabalho está a ser desenvolvido em diferentes fases, estando de momento a decorrer a primeira e segunda fases (1 - Eleição de um resultado ambiental; 2 - Escolha de indicadores que permitam aferir os resultados e construção de sistema de pontuação; 3 - Estabelecimento de níveis de pagamentos; 4 - Cumprimentos de requisitos para implementação; 6 - Monitorização e avaliação).

Isabel Ferraz de Oliveira referiu que o trabalho de co-construção está a decorrer e que nada está fechado. Os resultados ambientais identificados para o Montado nesta proposta foram: (i) A promoção da viabilidade do Montado a longo prazo através da promoção da regeneração das árvores; (ii) A melhoria ou manutenção de um solo saudável e funcional; (iii) A conservação das pastagens mediterrânicas biodiversas; (iv) A promoção da conservação dos charcos temporários mediterrânicos e de linhas de água com galerias ripícolas.

Os próximos passos apontados pela investigadora do ICAAM são completar o modelo e implementar um programa piloto que permita testar indicadores, afinar o sistema de pontuação, e definir o modelo de implementação, entre outros aspectos. A partir daí, modelar e expandir. Em toda a sua intervenção a investigadora enfatizou a importância da abordagem multiator.

Estas jornadas terminaram com uma Mesa Redonda com a participação de Brendon Dunford, Hugo Costa, Pedro Atalaya, Isabel Manoel, Isabel Ferraz de Oliveira e Carla Cruz e moderação de Helena Guimarães, na qual se debateram questões levantadas pelos participantes relacionadas com a aplicação de um modelo de pagamentos por resultados para o Montado inspirado no Burren.

Uma das perguntas colocadas foi: «sem a Universidade de Évora no meio do Montado "isto" seria a mesma coisa?». A resposta de todos foi: Não, não seria a mesma coisa. O conhecimento produzido na Universidade em interação com os produtores é fundamental para todo este processo. Isabel Manoel foi mais longe, neste processo e em todo o apoio técnico que necessitamos procuramos e contamos com a Universidade.